



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

EDUCAR PARA DIVERSIDADE: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA DO CAMPO DE ESTÁGIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Caline Melo de Moraes Barrozo
Graduanda Pedagogia/UEPB
calinemmb@hotmail.com

Cristiane Maria Nepomuceno
UEPB /PROPESQ - Orientadora
crismarianepomuceno@hotmail.com

Este artigo discute os resultados de uma observação realizada no Estágio de Educação Infantil em uma Creche-Escola da rede municipal de ensino de Campina Grande. A partir das leituras e discussões ocorridas no Componente Curricular “Diversidade, Inclusão Social e Educação”, cursado simultaneamente a prática do Estágio de Educação Infantil, averiguar a forma como a proposta de educar para a diversidade estava sendo colocada em prática em dada realidade. A ideia era compreender como as situações de aprendizagem motivadas por ações e práticas reveladoras da diversidade humana eram tratadas no cotidiano de sala de aula. Desse modo verificar na prática pedagógica a correspondência entre o que determina e orienta a teoria e os documentos oficiais acerca da inserção da temática da diversidade no currículo, nas relações e nas práticas pedagógicas. Dentre as inúmeras formas de expressão da diversidade humana presentes na escola optamos por olhar as práticas relativas a religião, mesmo que na nossa formação não se ofereça suporte epistemológico, pedagógico e metodológico voltado para o ensino religioso.

PALAVRAS-CHAVE: Diversidade. Ensino religioso. Educação Infantil. Prática Pedagógica.

“(...) Ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição de qualquer forma de discriminação.”

Selenir Kronbauer e Marga Ströher (2009)
(Parafraseando Paulo Freyre)

Quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada e proclamada em 10 de dezembro de 1948, no seu preâmbulo estabelecia que cada indivíduo e cada órgão da sociedade deveria se esforçar, “através do ensino e da educação” por promover o respeito aos direitos e liberdades, e “por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos” por todos os povos das nações consignatárias à



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

educação (aqui compreendida como a formação acadêmica em todos os níveis) estava atribuída um papel especial à educação: ser o principal instrumento de construção de uma sociedade igual, justa e democrática a partir da “(...) difusão de uma cultura de direitos como forma de prover sustentação às ações de promoção, proteção e defesa dos direitos humanos” (DIAS; PORTO, 2010, p. 29).

Desde então, discutir a relação da educação com as diversidades tornou-se condição *sine qua non* para a educação do século XXI o que, gradativamente, foi suscitando a necessidade de revisão e reformulação nos currículos, nas metodologias, nas práticas e na formação docente. Ao longo das décadas uma série de leis e políticas foram estabelecendo a presença das diversidades no ambiente escolar. As questões de gênero, sexualidade, ensino religioso, deficiências e etnicidade são alguns exemplos das temáticas que foram inseridas na escola.

Estas propostas de mudanças buscam edificar uma escola que “(...) através de um currículo aberto e inovador posicione-se e possibilite a reorganização e a (re)construção de uma sociedade que entenda a diversidade como referencial para a aceitação das diferenças e, também, como patrimônio da humanidade” (KRONBAUER; STRÖHER, 2009, p. 5-6).

Ao se tornar signatário do Programa Mundial para a Educação em Direitos Humanos em 1993 o Brasil assumiu uma série de compromissos, um deles foi a elaboração das diretrizes para a Educação em Direitos Humanos destinada aos cursos de formação de professores. Assim, nessas últimas duas décadas a estrutura curricular de vários cursos de formação de passaram por mudanças para inserir conteúdos relativos a temática da diversidade. Foi o caso do curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba que no currículo novo, adotado em 2008, inseriu componentes (obrigatórios e eletivos) voltados para Educação Especial, Etnicidade (afrobrasileira, Africana e Indígena), Gênero e Sexualidade, Meio Ambiente e outras.

Este artigo objetiva apresentar os resultados da experiência vivenciada no “Estágio em Educação Infantil” orientado pelas leituras, discussões (e pesquisa adicional) ocorridas no Componente Curricular “Diversidade, Inclusão Social e



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Educação” – cursado concomitantemente.¹ Estes dois Componentes fazem parte da “grade” do 6º (sexto) período e para otimizar a aprendizagem, a professora responsável por ministrar o Componente de Diversidade estabeleceu como atividade de conclusão a elaboração de um relatório produzido a partir do campo de estágio.

O relatório solicitado no componente Diversidade deveria trazer os resultados da observação acerca de como as questões de ordem étnica, religiosa, gênero e as deficiências eram tratadas/trabalhadas na Educação Infantil, em específico, na Creche-Escola objeto do Estágio. A proposta era compreender e as práticas educativas que acontecem na creche como espaço de promoção de práticas que possibilitem as crianças, além do desenvolvimento e aquisição de habilidades e de valores, aprender a conviver com a diversidade ajudando-as a desenvolver atitudes de respeito e tolerância. Desse modo, ao longo do semestre letivo nos dedicamos a leitura de documentos e teóricos que objetivavam discutir a complexidade da diversidade, sua riqueza, seus desafios em fazer valer e reconhecer o diferente e como ele se manifesta no contexto escolar. Assim, viabilizar a nossa compreensão e ajudar a conhecer as situações que iremos nos deparar no cotidiano escolar relativo a diversidade.

Assim, a partir do conhecimento adquirido no componente curricular “Diversidade, Inclusão Social e Educação” aprendemos sobre a proposta de educar para a diversidade e na forma como esta vem sendo colocada em prática no Brasil. A fim de confrontar a teoria com a realidade partimos para a primeira etapa do estágio de Educação Infantil, a observação.

O Estágio é uma das formas mais eficazes para ajudar o futuro profissional a perceber a realidade como realmente é: possibilidades, dificuldades, limites. O contato com a realidade ajusta e complementa a formação, a partir da observação examinamos as situações de ensino-aprendizagem, as práticas e as interrelações no contexto da sala de aula. Desse modo, o estágio é uma rica fonte de pesquisa a medida que permite analisar e “testar” as possibilidades de atuação.

¹ O Componente Curricular “Diversidade, Inclusão Social e Educação” foi cursado no primeiro semestre do ano de 2012, o qual teve como ministrante a professora Cristiane Maria Nepomuceno. Este artigo resulta da reformulação do relatório final apresentado para obtenção da segunda nota no referido componente.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

O *lócus* da observação foi uma Creche-Escola da rede pública de ensino da cidade de Campina Grande-PB a cerca da qual faremos uma breve apresentação. A instituição foi fundada no ano de 1981 (com vinte e cinco anos de funcionamento) e no princípio só atendia a filhos de militares da unidade, com o passar dos anos passou a atender crianças da comunidade da área de abrangência. Atualmente o estabelecimento atende cerca de 100 crianças, com o percentual de 70% filhos de policiais militares e 30% da comunidade.

Além da observação outras técnicas também foram utilizadas para obter informações, tais como conversas informais com as professoras responsáveis, participação em reuniões de conselhos, reunião de pais e mestres, atividades de planejamento, observação do envolvimento da comunidade para a escola, na intenção de perceber como a democracia se insere nessas perspectivas. Vejamos os resultados obtidos.

Em relação a estrutura física da Creche-Escola pode ser considerada satisfatória. O espaço é bastante amplo, arejado que é mantido sempre limpo. Em relação aos ambientes de lazer, existe uma área coberta e um campo de areia bastante amplos, onde acontecem as aulas de recreação e brincadeiras, sempre com um olhar atento dos professores para as crianças. Tem um refeitório, onde acontecem as refeições diárias, bem como outras algumas atividades de vídeo. O dormitório da creche é bastante amplo, limpo e arejado, acomodando com conforto todas as crianças, no horário de descanso, o local abriga todos os alunos.

As salas de aula são bem decoradas e acolhedoras, na sala do maternal I contém um banheiro apropriado para o tamanho dos alunos, brinquedos e jogos educativos. As paredes são enfeitadas com varais de atividades feitas por eles. Existem também mais dois banheiros, um masculino e um feminino que são usados pelas turmas do Maternal I e pré-escolar I e II – todos adaptados para o tamanho dos alunos com pias, chuveiros e vasos sanitários, na altura correta.

Em relação aos funcionários da creche, percebo que são bem estimulados e motivados pela diretora a fazerem sempre o seu melhor para a instituição. O quadro de professores hoje é formado por dez professoras, sendo todas com o nível superior em



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Pedagogia, quatro auxiliares apenas com a formação técnica, ou seja, o normal e mais duas auxiliares com apenas o nível médio.

A rotina da creche funciona da seguinte forma, os alunos chegam às 07h00min horas trocam de roupa e colocam o fardamento da instituição, de 08h00min horas acontece o café da manhã das turmas de pré-escolar I e II, 08h30min é a vez das turmas maternal I e II, após o café os alunos voltam para as suas salas e fazem atividades dirigidas e entre elas um lanche. Foi possível perceber que todas as turmas antes da refeição rezam o Pai Nosso e fazem orações. O que contraria as orientações legais acerca da laicidade da educação brasileira e nas leis que determinam ser o ensino religioso de caráter cognitivo e não doutrinário, ou seja, nenhuma criança é obrigada a rezar a acompanhar certos rituais.

A rotina continua como banho às 10h30min horas e a preparação para o almoço, logo após todos são encaminhados para o dormitório no qual permanecem até as 13h00min horas as turmas do pré-escolar I e II e até 14h00min as turmas do maternal I e II. No período da tarde, logo quando acordam, as crianças lancham, as turmas de Pré-escolar I e II seguem para as salas, para fazer atividades ou aula de recreação e o maternal I e II ficam no espaço de recreação coberto, acompanhados sempre de suas professoras e auxiliares, às 15h30min trocam de roupa e seguem para o jantar que acontece às 16h:20min, retornam para o pátio e permanecem até a hora da chegada dos seus pais de 17h:00min horas.

Vale salientar que a instituição observada tem como proposta pedagógica a linha Sócio Interacionista, pois considera o ápice a interação de cada sujeito e estabelece com determinado ambiente, dando ênfase às experiências, e a mediação do professor, porém ainda está em construção a proposta. Orienta suas ações por uma ação educativa reflexiva, é por meio de reuniões, cursos e palestras que tais planejamentos de aulas, que conteúdos para serem trabalhados são discutidos. Cada disciplina tem um plano de trabalho que são distribuídos em cargas horárias diárias, para só assim poder contemplar todas as disciplinas.

A partir da observação feita na Creche-Escola procuramos verificar como a questão do ensino de religião era abordada, se as práticas desenvolvidas propiciava



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

integração entre o saber prático/cotidiano, visando a geração de novos conhecimentos acadêmicos. Para tanto, escolhemos uma turma do Maternal II e fomos olhar como a religião se apresentava no dia a dia. Tomamos como referência o estabelecido na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB/96) em seu Art. 33:

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997).

§ 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.

§ 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso (BRASIL, 1996). (Grifo nosso).

O ensino religioso requer uma serie de requisitos, iniciando por uma formação aos conteúdos estruturantes as metodologias. É uma modalidade de ensino que deve abordar a religião como conhecimento de modo a discutir a diversidade religiosa na perspectiva de respeito. E no caso do Brasil viabilizar aos educandos o conhecimento das influências religiosa das distintas matrizes que formaram a nossa sociedade, assim melhor compreendendo que a liberdade religiosa é um direito universal. No “Caderno Pedagógico” contendo as orientações pedagógicas elaboradas para o Estado do Paraná está posto que a “(...) dimensão religiosa (...) deve ser abordada com seriedade no espaço escolar, de modo que crianças e jovens estudantes possam estabelecer posições autênticas e referenciadas eticamente diante das expressões e manifestações religiosas” (BIACA et al, 2006, p. 6). Nos dizem ainda os autores desse documento que

O conhecimento religioso é um patrimônio da humanidade. Refletir sobre esse fenômeno é pensar criticamente sobre a nossa condição existencial, o que não passa, necessariamente, pela prática de uma crença em particular. Antes, esse pensar está marcado pela busca incansável do entendimento das questões ligadas à própria vida, à transcendência e à orientação ética que dá sentido às realizações pessoais e sociais (BIACA et al, 2006, p. 6).



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

É importante esclarecer que apesar do ensino religioso está assegurado na Educação Básica desde a Constituição Brasileira de 1988 com a proposta reafirmada na LBD/96 na estrutura curricular do nosso curso de Pedagogia não existe um componente voltado para a temática da religião a partir do ponto de vista epistemológico, pedagógico e metodológico. Razão pela qual aprender como abordar a diversidade religiosa no ambiente de sala de aula não é fácil por ausência de subsídios. Desse modo, a discussão propiciada no Componente de Diversidade, apesar da brevidade, foi de suma importância que pudéssemos perceber que esta questão estará presente na sala de aula e que precisaremos aprender a lidar com a mesma de forma a romper com atitudes de negação e preconceito.

A Educação Religiosa compõe as dez áreas de conhecimento que devem estruturar o Ensino Fundamental, como estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação em 1998, no Parecer da Câmara de Educação Básica (CEB 04/98) que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (Resolução CNE/02 de 07 de abril de 1998). O Estado da Paraíba desde o ano de 1994 vem buscando organizar o Ensino Religioso nos seus estabelecimentos de ensino. A “tentativa” de normatização ocorreu a partir da promulgação da Resolução 119/94, para tanto foi criada uma Comissão plural composta por representantes de vários credos presentes no Estado: católicos, evangélicos, budistas, espíritas, cultos afro, enfim, toda a diversidade religiosa da Paraíba. Cabe ao Conselho Estadual de Ensino Religioso (COEER) coordenar as ações e fiscalizar as práticas. Como a cada município é facultado o direito de elaborar seu Plano de Ensino Religioso as

Esta é mais uma situação que revela que apenas a existência de leis e diretrizes não são suficientes. No caso do Ensino Religioso necessário de faz formação específica, mudança de mentalidade que permita a convivência com a diversidade religiosa. Nossos professores são leigos, assim não estão preparados para tratar – com base teórica –, a temática da religião e suas múltiplas formas de expressão.

Pelo o que foi possível perceber a partir da observação na Creche-Escola objeto desse estudo, a temática religiosa é facultativa, os alunos não tem a obrigação de seguir algumas práticas cotidianas que estão ligadas ao catolicismo. Como a reza do Pai Nosso



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

e o Santo Anjo, no horário de chegada. Não há imagens espalhadas na creche e as festas realizadas no meio religioso é ligada apenas ao catolicismo.

Os alunos tem livre escolha dentro da instituição, esse foi um dos lados positivos que observei. Algumas se recusam a fazer as práticas religiosas de rotina da creche, não são forçadas a realizar. ficam apenas observando, não cantam, nem reza, mas, ainda permanecem dentro do refeitório esperando o momento terminar.

O que de positivo foi observado é que em todas as opiniões há o reconhecimento de que se faz necessário valorizar a ética e o ensino religioso, principalmente por seus aspectos antropológicos e filosóficos, compreendendo a sua importância na formação do aluno. Portanto, ressaltam os valores humanos que estão contidos em todas as manifestações religiosas e a importância de se cultivar esses mesmos valores na formação dos alunos.

O ensino da religião é muito importante, principalmente quando o ser humano está cada vez mais alienado dos princípios fundamentais da vida, e os jovens com acesso a jogos de computador que banalizam a morte e o sofrimento. Entretanto, precisamos considerar que o ensino público está extremamente deficiente, muito mais que os templos religiosos, e o ensino religioso inevitavelmente haverá de desviar recursos da minguada formação cidadã, do direito da maioria dos educandos ao saber. E, por fim, faz-se necessário considerar que qualquer ensino religioso somente será vitalizante se for ecumênico, focalizando apenas a religiosidade em seu aspecto epistemológico, sem qualquer tendência para exaltar religiões específicas.

As escolas devem sim oferecer ensino religioso, pois as nossas crianças precisam aprender a dialogar com a diversidade humana desde cedo. Valores como respeito, tolerância e solidariedade podem ser aprendidos na educação religiosa, se esta acontecer orientada pelos preceitos epistemológicos, pedagógicos e metodológicos indispensáveis a sua inserção no contexto escolar.



VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL
30 de julho a 01 de agosto de 2014

REFERÊNCIAS

- BIACA, Valmir et al. O sagrado no ensino religioso. Curitiba: SEED, 2006. (Cadernos pedagógicos do ensino fundamental, v.8).
- BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.
- _____. Conselho Nacional de Educação. Parecer n. 04/98 – CEB, de 29 de janeiro de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Diário Oficial República Federativa do Brasil, 29 jan. 1998. Disponível em: <http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/TextosLegais/LegislacaoEducativa/Parecer_CNE_CEB_04_98_InstituiDiretrizesCurricularesNacionaisEnsinoFundamental.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2010.
- _____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. Salto para o Futuro: Construindo uma escola cidadã, projeto político-pedagógico. Brasília: SEED, 1998. ISBN.
- CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. 2. ED. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- DIAS, Adelaide Alves; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti. A Pedagogia e a Educação em Direitos Humanos: subsídios para a inserção da temática da Educação em Direitos Humanos nos cursos de Pedagogia. IN: Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia. FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra *et al* (Orgs.). João Pessoa, Ed. Universitária da UFPB, 2010.
- FERNANDES, do Santos Maria Elizabete. Função do Gestor na Escola Pública. Revista de Divulgação técnica – científica do ICPG, Vol.3, n.9-jul-dez/2006.
- FIGUEIREDO, Rita Vicente. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: o desafio das diferenças nas escolas.
- KRONBAUER, Selenir Corrêa G.; STRÖHER, Marga Janete (Orgs). Apresentação. In: Educar para a convivência na Diversidade – Desafio à formação de professores. São Paulo: Paulinas, 2009. p. 5-10.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org). Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2008.
- PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e Docência. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, Maria Terezinha da Conceição Teixeira dos. Inclusão Escolar: desafios e perspectivas. In: o desafio das diferenças na escola. Mantoan, Maria Teresa Eglér (org). Petrópolis, Rio de Janeiro: vozes, 2008. P. 147-151.